

PODER

Cassações para estancar crise

Câmara de decreta perda dos mandatos de Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem em gesto visto nos bastidores como aceno ao STF

» RAPHAEL PATI

Autoexilados nos Estados Unidos, os agora ex-deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) perderam seus mandatos ao final da tarde de ontem, após decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Apesar de as duas cassações terem sido divulgadas praticamente ao mesmo instante, os motivos que levaram ambos a perderem suas cadeiras no Parlamento são distintos. Os dois ainda devem tentar recorrer da decisão. Nos bastidores da Casa, a decisão está sendo analisada como uma forma de distensionar a relação com o Supremo Tribunal Federal (STF), depois que, na semana passada, o ministro Alexandre de Moraes decretou a perda do mandato da ex-deputada Carla Zambelli apesar de os deputados, em plenário, terem-no mantido.

Ramagem é foragido da Justiça brasileira por participar de trama golpista após as eleições de 2022. Foi condenado pela Primeira Turma do STF a 16 anos de prisão, ao final do julgamento sobre a tentativa de ruptura institucional. Moraes também ordenou, no fim do mês passado, que o parlamentar perdesse o mandato.

No governo de Jair Bolsonaro, Ramagem era diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e utilizou o órgão nas manobras para manter o ex-presidente no poder. Ele foi condenado pelos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. Ao contrário de outros integrantes da trama golpista, o deputado foi absolvido em relação aos



Filho 03 incitou Trump a tentar influenciar no julgamento do pai

crimes de dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado, já que os delitos ocorreram depois de ser diplomado no novo cargo.

Em relação ao filho 03 de Bolsonaro, a decisão ocorreu porque ultrapassou o limite de faltas nas sessões legislativas da Câmara. O deputado acumulou 59 ausências desde que foi para os EUA, em março, alegando perseguição política. Pelas regras da Câmara, um deputado perde o mandato caso falte

a pelo menos 1/3 das sessões deliberativas. Em território norte-americano, Eduardo moveu intensa campanha contra o Brasil a fim de tentar evitar que o pai fosse condenado por chefiar a organização criminosa que, segundo o STF, tentou dar um golpe de Estado. Fez várias gestões junto ao governo do presidente Donald Trump, que determinou um tarifaço de 50% às exportações brasileiras, além da inclusão do ministro Alexandre de Moraes,



Ramagem fugiu do Brasil depois de ser condenado no Supremo

do Supremo, e da mulher dele na lista de sancionados pela Lei Magnitsky. Aos poucos, essas restrições estão sendo suspensas.

Irritação

Após o anúncio da cassação dos dois aliados, o líder da oposição na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), disse que o partido vai recorrer da decisão da Mesa Diretora "a todas as instâncias". "Esperamos

que, minimamente, o Estado de Direito ainda seja respeitado nesse país", disse o parlamentar. Com a cassação dos dois, assumem, respectivamente, os suplentes Missionário José Olímpio (PL-SP) e Dr. Flávio (PL-RJ).

Sóstenes, porém, evitou criticar Hugo Motta, mas atacou o restante da Mesa Diretora. "Na minha avaliação, é uma subserviência da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a alguns membros

do Poder Judiciário, em especial alguns ministros do STF, que decidiram fazer perseguição política e ideológica a quem é conservador e quem é de direita", disse, em crítica velada a Alexandre de Moraes.

Já o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), escreveu no X (ex-twitter) que a Câmara "extinguiu uma bancada de foragidos". Ele citou a decisão do Supremo que declarou a perda do mandato de Ramagem após condenação por participação em trama golpista e afirmou que, nos dois casos, a Câmara atuou dentro dos limites da Constituição.

"Somados, os dois casos deixam um recado institucional inequívoco no sentido de que o mandato é exercido nos limites da Constituição e da lei, ou ele se perde, seja pela condenação criminal definitiva, seja pela ausência reiterada e pela renúncia de fato às funções parlamentares. Como sempre defendemos, à Mesa coube apenas declarar a vacância, sob pena de usurpação da competência do Judiciário e violação frontal à separação dos Poderes, pois o mandato parlamentar não é escudo contra a Justiça e nem salvo-conduto para o abandono das funções públicas", disse Lindbergh.

Dos EUA, o filho 03 alfinetou em vídeo o deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), que compõe a Mesa Diretora e votou pela cassação do correligionário. "Tenho certeza de que fiz o certo e é isso que é o mais importante, mesmo sabendo, agora, que os deputados federais beneficiados, que não teriam sido eleitos se tivessem outro partido, estavam hoje votando para cassar o meu mandato", criticou.

Lula avisa: vetará a dosimetria

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que vetará o Projeto da Lei (PL) da Dosimetria, aprovado pelo Senado na quarta-feira, que reduz penas de condenados pelos atos golpistas depois das eleições de 2022. Ele tem até 15 dias úteis para analisar o texto, cujo voto há tempos era dado como certo pelos governistas.

"Com todo o respeito que tem ao Congresso, a hora em que chegar à minha mesa, vetarei. As pessoas que cometem um crime contra a democracia brasileira terão que pagar pelos atos cometidos contra este país", frisou o presidente, em café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto.

Lula também negou que tenha havido acordo com a oposição para aprovar o PL. Isso porque o líder do

PT no Senado, Jaques Wagner (BA), está sendo acusado de ter feito um acerto que envolveu, sobretudo, o Centrão, em troca da aprovação do pacote fiscal — com a taxação de casas de apostas on-line (bets), fintechs e dos juros sobre capital próprio (JCP).

"Não sabia (do acordo). Se o presidente não foi informado, não houve", afirmou Lula e Wagner são amigos de longa data. Já o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), admitiu, ontem, que o partido e o Palácio do Planalto não conseguiram alinhar uma estratégia para barrar o PL. Para ele, houve erro na condução do tema, embora a bancada do PT no Senado tenha votado integralmente contra o texto.

"Fui investigar hoje (ontem) cedo e vi os novos votos. O PT votou contrário. Isso é importante dizer", afirmou, também em café da manhã com a imprensa. Ele

aproveitou para rebater a acusação de que petistas teriam contribuído para a aprovação da matéria.

Guimarães evitou antecipar a decisão presidencial. "Se vai vetar ou não, isso é tarefa do presidente. Eu não gosto de ser intérprete do pensamento dele", afirmou. O deputado, no entanto, foi categórico ao criticar o conteúdo da proposta. "Quem tentou destruir esse modelo atentou contra a Constituição Federal. Então, não pode ser anistiado. Não é um problema de ser governo, é um problema central do país", explicou.

Alinhamento

O líder também defendeu maior alinhamento entre o Planalto e as lideranças do Congresso, depois do conflito público entre a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e Jaques Wagner. "O governo, para atuar bem, tem que ter sintonia. Não pode

ficar dissociado", cobrou.

O deputado se referia ao comentário da ministra em uma postagem no X (antigo twitter). Ela classificou como "erro lamentável" a forma como o projeto avançou e afirmou que a tramitação contrariou a orientação do Planalto. Gleisi afirmou que a medida representa "desrespeito à decisão do STF" e confirmou que Lula vetará o texto.

Wagner, por sua vez, reagiu às críticas da ministra dizendo, também em publicação no X, que "lamentável" é tratar divergências internas pelas redes sociais.

Apesar do revés, Guimarães avaliou que o governo chega ao fim do ano politicamente mais organizado. Segundo ele, a polarização permanece limita índices elevados de aprovação, mas não inviabiliza a governabilidade. "Hoje não existe mais governo com 80% de ótimo e bom. A polarização é permanente", criticou.



Para Lula, é inaceitável reduzir penas de pessoas que tentaram um golpe

Itália adia análise de extradição

» LUANA PATRIOLINO

A Corte de Apelação em Roma adiou, pela terceira vez, a decisão sobre a extradição da ex-deputada Carla Zambelli para o Brasil. Ontem, a Justiça italiana marcou uma nova audiência para 20 de janeiro, atendendo a um pedido da defesa da ex-parlamentar — que solicitou mais tempo para analisar os documentos enviados pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre as condições de penitenciária feminina do Distrito Federal, onde ela ficará presa, caso volte ao Brasil.

Em maio, Zambelli foi condenada por unanimidade pela Primeira Turma do STF pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Os integrantes do colegiado definiram 10 anos de prisão para a ex-parlamentar, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa.

A defesa alega junto à Justiça italiana que ela sofre uma perseguição política e judicial no Brasil. Na última audiência, os advogados apresentaram o parecer da



Zambelli usará o relato da perseguição junto à Justiça italiana

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que se pronunciou contrariamente à cassação do mandato da então deputada federal. Isso, porém, não evitou que ela tivesse o mandato cassado, na semana passada, por Moraes, que revogou a decisão do Legislativo.

Segundo o ministro, a deliberação da Câmara desrespeitou os

princípios da legalidade, da moralidade e da imparcialidade, além de ter "flagrante desvio de finalidade". Conforme enfatizou, a perda do mandato parlamentar é automática quando há condenação a pena em regime fechado superior ao tempo restante do mandato, pois o cumprimento da pena impede o trabalho externo. Nesses casos, cabe ao Legislativo somente

declarar o ato, e não decidir sobre sua validade.

No domingo, Zambelli renunciou à cadeira na Câmara. Na carta que divulgou, ela afirmou ter sido perseguida politicamente e que sua "história pública não foi forjada". A decisão era esperada tão logo Moraes determinou sua cassação. Para que a decisão fosse tomada, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), atuou para conter danos, uma vez que levar ao plenário da Casa a decisão sobre a cassação foi recebida pelo STF como uma afronta à Constituição.

A renúncia tinha, também, evitado que Zambelli perdesse os direitos políticos. Mas, na opinião de juristas, ela está automaticamente inelegível por causa do tempo que ficará em regime fechado de prisão. Ato contínuo à abdicação do mandato, Motta deu posse ao suplente Adilson Barroso (PL-SP).

Em junho, Zambelli fugiu para a Itália, mas foi presa em Roma. O governo brasileiro pediu a extradição da ex-deputada.

Prorrogação para perícia

Moraes fica à frente do STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, ontem, a ampliação do prazo para entrega da perícia médica do general da reserva Augusto Heleno, condenado a 21 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado. Os advogados do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) querem comprovar o diagnóstico de Alzheimer para pedir que ele cumpra a pena em prisão domiciliar. Assim, o laudo poderá ser enviado à Corte até 26 de dezembro.

O pedido havia sido feito pela Polícia Federal (PF). Os médicos da corporação estiveram com Heleno para realizar as avaliações necessárias. No entanto, a instituição argumentou que a defesa do general enviou novos documentos e que isso atrasaria a conclusão do processo.

A defesa afirmou que o general foi diagnosticado com Alzheimer somente em janeiro. Mas, em depoimento durante exame do corpo de delito, Heleno — que tem 78 anos — disse que convive com a doença desde 2018, quando era ministro do governo Bolsonaro. (LP)

O ministro Alexandre de Moraes assume a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de 12 de janeiro devido ao plantão no recesso do Judiciário. O magistrado é o vice-presidente da Corte e ficará no lugar do presidente Edson Fachin.

Além dele, outros três integrantes da Corte estarão no plantão no período em que a Justiça ficará parada: André Mendonça, Gilmar Mendes e Dias Toffoli. O STF realiza a última sessão plenária do ano. A pausa vai até 6 de janeiro e, em seguida, começam as férias coletivas dos magistrados, que terminam no dia 31 do mesmo mês.

Na volta do recesso, o STF deverá julgar logo o Núcleo 5 da trama golpista, responsável pela desinformação e pela incitação à ruptura institucional desde o exterior. O principal réu é o influenciador de extrema-direita Paulo Figueiredo Filho, que mais recentemente se juntou a Eduardo Bolsonaro nas gestões junto ao governo dos Estados Unidos para prejudicar o Brasil economicamente com o tarifaço de 50% às exportações. (LP)